



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Jequitinhonha - Nucleo de Apoio Regional de Serro

Parecer Técnico IEF/NAR SERRO nº. 37/2021

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2021.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: **José Jair Ribeiro** CPF/CNPJ: 477.873.506-44
Endereço: Rua Nego do Quilo, N° 60 Bairro: Zona Rural
Município: Diamantina / Distrito de Planalto de Minas UF: MG CEP: 39.114.000
Telefone: (38) 998397429 E-mail: wander.amaral@yahoo.com.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(**X**) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: CPF/CNPJ:
Endereço: Bairro:
Município: UF: CEP:
Telefone: E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: **Sítio Vaquejador** Área Total (ha): **7,0643**
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Município/UF: Diamantina / Distrito de Planalto de Minas

Coordenadas Geográficas do imóvel (UTM / SIRGAS 2000 / Zona 23K) X: 678050 Y: 8047090

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3121605-EB09.B12E.7705.4D3D.A77D.AD69.645F.F53D

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade |
|---|-------------|---------|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo | 3,33 | ha |

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Fuso | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
|---|------------|---------|------|---|---------|
| | | | | X | Y |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo | 0 | ha | 23k | 678122 | 8047087 |

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado a área | Especificação (código/descrição) | Área (ha) |
|-----------------------|---|-------------|
| Pecuária | G-02-07-0 (Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo) | 3,33 |

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
|------------------------------|----------------------|--|--------------|
| | | | |

| | | | |
|---|---|------------|---------|
| Cerrado | Cerrado típico e Cerradão | - | 0 |
| 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | |
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
| Lenha de floresta nativa | Carvão | 0 | m³ |
| Madeira de floresta nativa | Uso interno no imóvel ou empreendimento | 0 | m³ |

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: **13/08/2021**

Data da vistoria: **24/08/2021**

Data de solicitação de informações complementares: **31/08/2021**

Data do recebimento de informações complementares: **14/09/2021**

Data de emissão do parecer único: **25/10/2021**

2. OBJETIVO

O presente Parecer Único tem como objetivo analisar solicitação de intervenção ambiental (35214945) na modalidade "**Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo**" em **3,33** hectares (ha), com a finalidade de obtenção do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA para implantação de empreendimento de **Pecuária**. Segundo a Deliberação Normativa nº 217 de 2017, a atividade está inserida no código **G-02-07-0** (Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo) e devido ao seu porte é **dispensada de licenciamento ambiental** (35214946).

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel é de propriedade de **José Jair Ribeiro** (32447111), é denominado **Sítio Vaquejador** (32447113), tem área total de **7,0643 ha** (equivalente a aproximadamente **0,1766 módulos fiscais**), caracteriza-se por pequena propriedade rural, estando localizado no município de **Diamantina/MG**. De acordo com a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (**IDE-Sisema**), o imóvel está inserido no **Cerrado** e possui fitofisionomias de Cerrado Típico e Cerradão.

Foi elaborada a Planta de uso e ocupação do solo (35214947) do imóvel, pelo Engenheiro Florestal Wander Gladson Amaral, CREA 156346/D, ART MG20210402796 (35215007).

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: **MG-3121605-EB09.B12E.7705.4D3D.A77D.AD69.645F.F53D**

- Área total: 7,0643ha;

- Área de reserva legal: 1,4240 ha;

- Área de preservação permanente: 0,3803 ha;

- Área de uso antrópico consolidado: 2,3069 ha;

- Qual a situação da área de reserva legal:

() A área está preservada: ha;

(X) A área está em recuperação: 1,4240 ha;

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(x) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01(um) fragmento;

- Parecer sobre o CAR:

A Reserva Legal - RL possui vegetação nativa de **Cerrado** com fitofisionomias de Cerrado, configurando 01 (um) fragmento ou gleba, estando em conformidade com a porcentagem mínima exigida em legislação (20% - Lei 12.651/2012). A área em questão se encontra em **regeneração natural** e

por **não possuir limites de cerca e arame** para evitar acesso de pessoas e animais, será necessário que o faça.

O uso e ocupação do solo declarado no CAR é condizente com o que foi observado em campo.

Sendo verídico o parecer supra, **aprova-se o CAR.**

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção ambiental é requerida (35214945) pelo proprietário do imóvel, que solicita **DAIA em caráter convencional**, que tem por finalidade implantação de empreendimento de Pecuária. A Área Requerida para Intervenção Ambiental - ARIA possui **3,33 ha**, na qual é solicitado **"Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo"**.

4.1 PUP com Inventário Florestal:

Como foi citado no relatório de vistoria técnica (34453732), optou-se por remedir 14% dos dados coletados, sendo medida a parcela 02 (dois), pelo consultor com o auxílio de fita métrica, para posterior conferência dos cálculos volumétricos. As espécies arbóreas foram fotografadas para comparação da identificação com o Herbário Dendrológico Jeanine Felfili - HDJF da UFVJM e literaturas específicas.

Para o inventário florestal foi adotado a metodologia de amostragem estratificada, sendo adotado dois estratos: estrato 1 área de 1,5638 ha e estrato 2 área de 1,7695 ha.

Foram adotadas unidades amostrais quadradas com dimensão de 20 x 20 m, área de 400 m². O estrato 1 recebeu 03 (três) parcelas e o estrato 2 recebeu 04 (quatro) parcelas. Todos os indivíduos arbóreos com Diâmetro a Altura do Peito (DAP) superior a 5 cm foram registrados.

O estudo registrou **23 espécies pertencentes a 16 famílias distintas.**

As espécies de maior destaque são: *Astronium urundeuva* com 56 indivíduos e Valo de Importância (VI) de 21,68%, *Magonia pubescens* com 24 indivíduos e VI 17,51% de e *Terminalia argentea* com 16 indivíduos e 10,93%.

O estrato 1 com área de 1,5638 ha possui DAP médio de 12,93 cm e altura média de 7,3 m.

O estrato 2 com área de 1,7695 ha possui DAP médio de 7,48 cm e altura média de 5,1 m.

A área inventariada possui DAP médio de 10,6 cm, altura média de 6,4 m, não foi observado no local a presença de epífitas, a serrapilheira é rala, presença de clareiras e cipós.

A distribuição dos indivíduos em **classes de diâmetros** considerando todas as espécies, apresentou-se na forma de **"j"-invertido**. Quanto a **análise vertical**, observou-se um padrão de **distribuição normal**, em que há maior concentração de indivíduos no estrato médio de altura, na classe de altura definida entre 3,62 e 8,82 metros.

Foram calculados, para cada parcela e de maneira geral, o índice de diversidade de espécies de Shannon, H', e a equabilidade de Pielou, J' (Krebs 1989). O índice de Shannon geral foi de **H' = 2,36 nats/indivíduo**, e o índice de equabilidade de **Pielou, J' = 0,74**.

Para estimar o volume foi utilizada equação fornecida pelo estudo "Determinações de Equações Volumétricas Aplicáveis ao Manejo Sustentado de Florestas Nativas no Estado de Minas Gerais e Outras Regiões do País" da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, de 1995. **Vtcc = 0,000066 x DAP^{2,475293} x HT^{0,300022}**

O inventário estima que para uma área de **3,33 ha** o volume seja de **150,325 m³** para a parte aérea. Para tocos e raízes o volume é de **33,33 m³**.

Considerando a aptidão para uso nobre de indivíduos com DAP superior a 20 cm, estima-se que na área de intervenção haja **5,468 m³** de madeira de origem.

Assim, o volume total de rendimento lenhoso da intervenção é de **183,655 m³** sendo **5,468 m³ de madeira** de origem nativa e **178,187 m³ de lenha** de origem nativa, que possivelmente serão suprimidos e convertidos em **89,0935 m³ de carvão vegetal** de origem nativa. O erro amostral obtido na ação, foi aceitável de **Erro de Amostragem 5,78%**, se encontrando abaixo do limite permitido na Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013.

A lenha será utilizada para a produção de carvão vegetal a ser comercializado e a madeira será utilizada internamente no imóvel.

4.2 Espécies ameaçadas de extinção ou imunes de corte:

Não foram observadas espécies imunes ou ameaçadas de extinção

4.3 Taxas:

Taxa de Expediente:

A Taxa de Expediente (32447127) referente "À SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA, COM OU SEM DESTOCA, PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO EM **3,33 HECTARES** NO SÍTIO VAQUEJADOR", foi quitada no dia 30/06/2021 (32447127), no valor de **R\$ 504,83** (quinhentos e quatro reais e oitenta e três centavos).

Taxa florestal:

A Taxa Florestal (32447126) referente a "**93,59M³** DE CARVÃO VEGETAL DE FLORESTA NATIVA", quitada em 30/06/2021 (32447126), no o valor de **R\$ 1.033,53** (mil e trinta três reais e cinquenta e três centavos)

Considerando as informações citadas, foi recolhido através de nova Taxa Florestal complementar (35215005), referente a "**VOLUME DE 5,468M³** DE MADEIRA NATIVA" no dia 14/09/2021, o valor de **R\$ 201,64** (duzentos e um reais e sessenta e quatro centavos).

Taxa de Reposição Florestal:

Não se aplica.

4.4 Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23114797

5. DAS EVENTUAIS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS:

- Vulnerabilidade natural: Alta;
- Prioridade para conservação da flora: Baixa;
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não;
- Unidade de conservação: Não;
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não;
- Outras restrições: Não;

5.1 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: **Pecuária;**
- Atividades licenciadas: Não há;
- Classe do empreendimento: 0 (zero)
- Critério locacional: 01(um)
- Modalidade de licenciamento: Dispensado do licenciamento
- Número do documento: não se aplica.

5.2 Vistoria realizada:

Ao dia 24 de agosto de 2021, por volta das 09h00, iniciou-se vistoria técnica no imóvel denominado Sítio Vaquejador, localizado no Distrito de Planalto de Minas, município de Diamantina/MG, cujo proprietário é o Sr. José Jair Ribeiro. A propriedade está inserida nas abrangências do Bioma Cerrado e possui vegetação com fitofisionomias de Cerrado Típico e Cerradão.

O requerente solicita "Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo" em área de 3,3300 hectares (ha) com o objetivo de concessão de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA para implantação de empreendimento de Pecuária. Segundo a DN-217 DE 2017, a atividade está inserida no código G-02-07-0 (Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo) e devido ao seu porte e potencial poluidor/degradador, é dispensada de Licenciamento Ambiental.

A visita foi acompanhada pelo proprietário, o responsável técnico Wander Amaral e a estagiária do IEF / NAR Serro Anedina Gabriela Guimarães. Ambos auxiliaram no caminhamento pela propriedade, remediação das unidades amostrais e fornecerem informações necessárias para sanar algumas dúvidas referentes à solicitação.

Em análises preliminares às imagens de satélite (ano de 2019), ainda no planejamento de campo, foi possível notar que no imóvel já são executadas algumas atividades econômicas, provavelmente relacionadas à pecuária, devido à presença de pastagens. Através deste mesmo método e utilizando técnicas de fotogrametria e fotointerpretação, observou-se que possivelmente haveria uso alternativo do solo na Reserva Legal - RL.

A visita teve início nas Áreas de Preservação Permanentes - APP, nas coordenadas UTM|SIRGAS2000|23K X: 677899 / Y: 8046915. Notou-se um curso d'água intermitente (sem água) de aproximadamente 3 metros (m) de largura cuja vegetação ciliar está bem preservada e possui cercamento, em partes, para evitar o acesso de pessoas e animais.

A vistoria foi direcionada para a RL que possivelmente haveria uso alternativo do solo, nas coordenadas UTM|SIRGAS2000|23K X: 677967 / Y: 8047068. A vegetação possui fitofisionomia de Cerrado Típico, onde as árvores são baixas, tortuosas, folhas coriáceas, altura média de 5 m, muito cipó, serrapilheira rala e ausência de epífitas. O solo na região possui características de Cambissolo, ou seja, argiloso. A vegetação se encontra em regeneração natural, não havendo uso alternativo do solo. Apesar disso, será solicitado o cercamento para evitar o acesso.

Após essas observações, direcionou-se a visita para a Área Diretamente Afetada - ADA solicitada para intervenção ambiental. O local possui características semelhantes à RL. O responsável técnico, visando atender a legislação ambiental, realizou um inventário florestal para coletar dados da

população nativa e subsidiar as discussões do Plano de Utilização Pretendida - PUP. Na ocasião, devido aos diferentes graus de antropização e diferentes fitofisionomias da área de requerimento, utilizou-se o método de Amostragem Casual Estratificada - ACE. A área pretendida, foi dividida em 02 (dois) estratos, onde foram alocadas um total de 07 (sete) unidades amostrais ou parcelas para coleta dos dados.

As parcelas foram definidas por meio de picadas abertas em todo seu perímetro e os vértices foram marcados com estacas de madeira para facilitar a localização. Na delimitação de 20 x 20 m (400 m²), as árvores foram todas identificadas com plaquetas codificadas. Para as conferências, adotou-se a releitura de aproximadamente 14% dos dados coletados e apresentados no PUP.

Para realização do planejamento de vistoria técnica, houve a análise da Planilha de Campo apresentada. Sendo assim, optou-se por realizar a releitura da Parcela 03 (três) do Estrato I e a Parcela 06 (seis) do Estrato II, com o objetivo de conferir os dados. Em uma amostra, foram remedidos todos os indivíduos com o auxílio de fita métrica (Circunferência à Altura do Peito - CAP e altura total) pelo responsável técnico Wander e os dados foram novamente planilhados. No geral, a remedição ocorreu de forma satisfatória, no que se refere à coleta de dados dos indivíduos codificados que se encontravam na unidade amostral. Na outra unidade amostral, foi realizada apenas a caracterização e conferência de espécies.

Na Parcela 06 / EII, a vegetação possui características de Cerrado Típico, com as mesmas características da RL visto que são áreas contíguas. A área está em processo de regeneração natural e a vegetação herbácea é composta por capim exótico do gênero *Brachiaria*. Nesta unidade amostral, foi bem complicado encontrar as árvores marcadas, pois todas as estacas foram removidas e amontoadas em apenas um ponto. Ao passo que realizou-se apenas uma caracterização do local e as espécies arbóreas foram conferidas. Avistou-se algumas como: *Astronium urundeuva* (aroeira), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves) e *Terminalia argentea* (capitão-do-campo).

A vistoria técnica foi direcionada para a Parcela 03 / EI, onde a vegetação é mais densa que no outro estrato estudado. O fragmento possui características de Cerradão com elevado grau de antropização. As árvores são tortuosas, folhas coriáceas, dossel aberto (clareiras), com altura média de aproximadamente 6,5 m, ausência de cipós e espécies de epífitas, ausência de cipós e vegetação herbácea com presença de capim exótico em meio à serrapilheira é rala. Os limites da unidade amostral foram remedidos com auxílio de trena de campo, onde foi medido 19 x 20 m. Nessa unidade amostral, todos os indivíduos arbóreos foram remedidos.

As espécies arbóreas foram fotografadas (tronco, folhas, flores e frutos) para se confrontar com literatura de apoio e Herbário Dendrológico Jeanine Felfili – HDJF da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM objetivando a conferência da identificação. Algumas mais comuns, do bioma Cerrado, foram confirmadas em campo, sem a necessidade de se levar o documentário fotográfico ao escritório. Por exemplo: *Magonia pubescens* (tingui), *Luehea divaricata* (açoita-cavalo), *Qualea grandiflora* (pau-terrao), *Hymenaea stigonocarpa* (jatobá-do-cerrado) e *Eugenia dysenterica* (cagaiteira).

Não foram observadas espécies protegidas da flora (ameaçadas de extinção e imunes de corte), assim como vestígios da fauna silvestre. No imóvel, não foram observadas áreas subutilizadas.

Sem mais observações relevantes, a vistoria de campo foi finalizada por volta das 10h30 com as informações planilhadas e realizadas as devidas considerações.

Contudo serão tomadas as devidas providências técnicas, jurídicas e administrativas referentes ao processo de intervenção ambiental.

5.2.1 Características físicas:

- Topografia: Plana

- Solo: Latossolos Vermelho-Amarelos distróficos (LVAd)

- Hidrografia: O imóvel possui 01 (um) curso d'água intermitente, cujo nome é desconhecido, totalizando **0,3803 ha** de APP inseridas na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha.

5.2.2 Características biológicas:

- Vegetação:

De acordo com a classificação de Ribeiro e Walter (2008) a área alvo do estudo encontra-se sob o domínio do bioma Cerrado. A fitofisionomia identificada na área foi o Cerrado Stricto Sensu.

No Estado de Minas Gerais, o Cerrado é considerado o maior bioma e possui expressiva biodiversidade, importantes recursos hídricos, além de conhecidas plantas medicinais e animais ameaçados de extinção. Segundo Mariot et al. (2005) é o nome regional dado às savanas brasileiras.

Na maioria das classificações, admitem-se como fisionomias intermediárias os campos sujos, os campos cerrados e a savana, denominada, cerrado stricto sensu que ocupa aproximadamente 70 % do bioma cerrado e tem paisagem composta por um estrato herbáceo dominado principalmente por gramíneas e um estrato de árvores e arbustos variando em cobertura de 10 a 60 % (EITEN, 1972; CAVASSAN et al., 2006).

- Fauna:

Aves: seriema (*Cariama cristata*), carcará (*Caracara plancus*), carrapateiro (*Milvago*

chimachima), quiriquiri (Falco Sparverius), periquito-rei (Eupsittula aurea), periquito-de-encontro-amarelo (Brotogeris chiriri), João-de-barro (Furnarius rufus), João-de-pau (Phacellodomus rufifrons), codorna-amarela (Nothura maculosa), urubu-de-cabeça-vermelha (Cathartes aura), urubu (Coragyps atratus), gavião-carijó (Rupornis Magnirostris), quero-quero (Vanellus chilensis), rolinha (Columbina talpacoti), fogo-apagou (Columbina squammata), asa-branca (Patagioenas picazuro), anu-preto (Crotophaga ani), coruja-buraqueira (Athene cunilaria), taperuçu-de-coleira-branca (Streptoprocne zonaris), beija-flor-tesoura (Eupetomena), beija-flor-de-orelha-violeta (Colibri Serrirostris), besourinho-de-bico-vermelho (Chlorostilbon lucidus), beija-flor-degravata-verde (Augastes scutatus), chifre-de-ouro (Heliactin bilophus), pica-pau-do-campo (Colaptes campestris), pica-pau-de-banda-branca (Dryocopus lineatus), gibbon-de-couro (Hirundinea ferruginea), risadinha (Camptostoma obsoletum), guaracava-de-barriga-amarela (Elaenia flavogaster), guaracava-detopete-uniforme (Elaenia cristata), piolhinho (Phyllomyias fasciatus), alegrinho (Serpophaga subcristata), bem-te-vi (Pitangus sulpharatus), suiriri (Tyrannus melancholicus), filipe (Myiophobus fasciatus), mariapreta-de-penacho (Knipolegus lophotes), primavera (Xolmis cinereus), noivinha-branca (Xolmis velatus), gralha-do-campo (Cyanocorax cristatellus), andorinha-pequena-de-casa (Pygochelidon cyanoleuca), andorinha-serradora (Stelgidopteryx ruficollis), corruíra (Troglodytes musculus), sabiá-branco (Turdus leucomelas), sabiá-do-campo (Mimus saturnus), tico-tico (Zonotrichia capensis), tico-tico-do-campo (Ammodramus humeralis), pássaro-preto (Gnorimopsar chopi), cigarra-do-campo (Neothraupis fasciata), bico-de-veludo (Schistochlamys ruficapillus), sanhaço-cinzento (Tangara sayaca), saíra-amarela (Tangara cayana), canário-rasteiro (Sicalis citrina), tiziu (Volatinia jacarina), saí-azul (Dacnis cayana), cambacica (Coereba flaveola), baiano (Sporophila nigricollis), batuqueiro (Saltatricula atricollis), dentre outros.

Mamíferos: tamanduá-mirim (Tamandua tetradactyla), paca (Cuniculus paca), mocó (Kerodon rupestris), capivara (Hydrochoerus hydrochaeris), jaguatirica (Leopardus pardalis), cachorro-do-mato (Cerdocyon thous), lobo-guará, guará (Chrysocyon brachyurus), irara, para-mel (Eira barbara), cangambá, jaritaca (Conepatus semistriatus), dentre outros.

Anfíbios: sapo-de-pedra (Thoropa megatympanum), perereca-de-pedra (Bokermannohyla alvarengai), Perereca (Bokermannohyla saxicola), perereca-ampulheta (Dendropsophus minutus), perereca-cabra (Hypsiobas albopunctatus), perereca (Scinax curicica), rã-pimenta (Leptodactylus labyrinthicus), rã-manteiga (Leptodactylus latrans), rãzinha (Pseudopaludicola mineira), calango (Tropidurus sp), lagartinho (Ameivula cipoensis), calanguiño (Eurolophosaurus nanuzae), dentre outros.

5.3 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica.

6. ANÁLISE TÉCNICA

O requerente do processo, o Sr. José Jair Ribeiro, protocolou o processo em tela solicitando autorização para intervenção ambiental no imóvel Sítio Vaquejador. Conforme documentação anexa ao processo, o Sr. José figura como proprietário do imóvel.

CAR (32447117) nº MG-3121605-EB09.B12E.7705.4D3D.A77D.AD69.645F.F53D possui o sr. José como proprietário do imóvel.

Na Declaração de Posse (32447113) que consta no livro 191, folha 035, do Cartório de Ofício de Notas de Diamantina - MG, figuram como anuentes do imóvel Neide Aparecida Ferreira Aguiar e Davino Ferreira de Aguiar. A declaração de posse informa que a Fazenda Contagem, matrícula 14.161, possui como proprietária Neide Aparecida Ferreira Aguiar.

Consta também no processo o Contrato Particular de Transferência de Posse de Imóvel (32447115) onde Davino Ferreira de Aguiar e Neide Aparecida Ferreira Aguiar transferem imóvel com área de 7,0643 ha para José Jair Ribeiro.

Entretanto, no dia 30 de setembro de 2021 a Juíza de Direito Caroline Rodrigues de Queiroz, referente ao processo nº 5002959-18.2021.8.13.0216, emitiu a decisão de Reintegração/Manutenção de Posse em favor de Gilberto de Jesus Costa, Cleusa dos Santos de Souza Costa, Glória Eunice Costa Marques, Oliveira Marques, Jair Antônio Costa, Gizelda Maria de Jesus Mendes Costa, Maria de Lourdes Costa Oliveira, Algemiro Vaz de Oliveira, Margarida Maria Rodrigues dos Santos, Geraldo Heli Santos, Marinalva Rodrigues Martins, José de Lourdes Martins, Marília Selene Cezar Silva, Sebastião Candido da Silva, Maria Zelia Rodrigues, Olgvone Pereira de Oliveira, Antonio Aniceto Fernandes, Anunciação Costa Fernandes, João Rodrigues Neto, Julia Alves Sales Rodrigues, Marta Rodrigues Souza e João Francisco de Souza, em desfavor de Davino Ferreira de Aguiar, Neide Aparecida Ferreira Aguiar, José Maria Fernandes, José Jair Ribeiro e Silvana Maria Santos Ribeiro.

Na decisão a juíza alega que o imóvel de registro nº 14.161 possui como proprietária Salustiana Rodrigues Costa já falecida, assim como seus filhos, não tendo o inventário se encerrado. Assim, decide pelo deferimento do pedido de tutela provisória determinando a expedição de mandado de reintegração de posse.

Considerando a decisão judicial em desfavor de José Jair Ribeiro, a equipe técnica sugere o arquivamento do processo devido a impossibilidade de decidir sobre intervenções ambientais em imóvel no qual o requerente do processo não é proprietário e nem possui anuência dos proprietários.

7. CONTROLE PROCESSUAL

O presente procedimento e os documentos que o acompanham foram analisados à luz do

disposto na Lei Estadual nº 20.922/2013, Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 1905, de 2013; Deliberação Normativa nº 217/2017; Lei 12.651 de 2012; Lei nº 4.747, de 09 de maio de 1968, com as alterações trazidas pela Lei nº 22.796, de 28 de Dezembro de 2017, Decreto nº 47.749, de 2019, Decreto 47.892 de 2020, Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2.125, de 2014, Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, Lei nº. 11.428, de 2006; bem como na Resolução CONAMA nº. 392, de 2007.

Em que pese a regularidade ambiental da propriedade percorrida no parecer técnico e a aparente conformidade com os procedimentos administrativos instituídos para fim de eventual deferimento da intervenção requerida, a análise esbarra em questões jurídicas que obstaculizam seu prosseguimento, conforme acima e que será ratificado por este Controle Processual.

Conforme documentos acostados no âmbito do presente processo temos que, embora o **imóvel esteja registrado no CAR em nome do Requerente** e que tenha sido apresentada a **Declaração de Posse (32447113) e a Matrícula 14.161** (que possui como proprietária Neide Aparecida Ferreira Aguiar) na qual a **posse do imóvel é transferida, através de contrato particular (32447115), para o Requerente** deste procedimento administrativo, em 30 de setembro de 2021 a Juíza de Direito da comarca de Diamantina/MG emitiu Decisão de Reintegração/Manutenção de Posse, no âmbito do Processo Judicial (processo nº 5002959-18.2021.8.13.0216), **em favor de Terceiros (Gilberto de Jesus Costa e outros)** que reivindicavam a posse do imóvel objeto do Requerimento de Intervenção Ambiental.

Dessa forma, considerando que é necessário para que seja formalizado e analisado o Requerimento para Intervenção ambiental âmbito do IEF, conforme dispõe a Resolução Conjunta nº 1.905, de 2013 em seu art. 9º, **documento que comprove propriedade ou posse** e, considerando que foi proferida decisão judicial que **não** reconhece a posse ou propriedade do imóvel como sendo do Requerente (determinando a Reintegração da posse do imóvel em que se pretende intervir a Terceiros), tem-se que não é possível a continuidade da análise do Requerimento ora pleiteado, haja vista a carência de legitimidade, ou seja falta de titularidade do imóvel em questão.

Inobstante, verifica-se que a Decisão, além de Reintegrar os Terceiros na Posse, **determinou** que o Requerente se **abstenha de praticar quaisquer atos ilegítimos que interfiram na posse dos terceiros**.

Posto isto, caso a decisão seja pelo arquivamento do requerimento, o não prosseguimento da análise administrativa se consubstancia na existência de litígio, cujo objeto em discussão é justamente a titularidade do imóvel em que se quer explorar.

Uma vez que a existência da ação foi trazida ao conhecimento do órgão ambiental, a este compete a obrigação de fazer ou deixar de fazer, no âmbito de suas competências e dentro do processo administrativo formalizado, sob pena de contribuir para o prejuízo de terceiros ou, de ensejar decisões contraditórias e afrontar o princípio da segurança jurídica.

Posto isto, considerando a Decisão proferida no âmbito processo judicial que não reconhece a posse do imóvel objeto da intervenção requerida neste procedimento administrativo como sendo do Sr. José Jair Ribeiro e **determina** que o mesmo se abstenha de praticar quaisquer atos ilegítimos que interfiram na posse dos terceiros e;

Considerando que o Requerente não preencheu o requisito de titularidade previsto no art. 9º, da Resolução Conjunta nº 1.905, de 2013, manifesta este Núcleo pelo arquivamento do presente processo.

Por último, cumpre destacar que o presente Controle Processual se resume tão somente aos aspectos jurídicos/legais da intervenção pretendida, possuindo caráter meramente opinativo, não tendo força vinculativa aos atos de gestão que vierem a ser praticados, nem qualquer responsabilidade pelos aspectos técnicos apresentados nesta oportunidade.

8. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, sugerimos o **ARQUIVAMENTO** do processo de DAIA requerido por **José Jair Ribeiro**, sob CPF **477.873.506-44**, que solicita "Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo" em **3,33 ha**, cujo empreendimento se localiza no imóvel denominado **Sítio Vaquejador**, município de Diamantina/MG.

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Marcos Felipe Ferreira Silva
MASP: 1460925-9

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Paloma Heloísa Rocha
MASP: 1459831-2



Documento assinado eletronicamente por **Paloma Heloisa Rocha, Coordenadora**, em 27/10/2021, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Felipe Ferreira da Silva, Coordenador**, em 28/10/2021, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37064751** e o código CRC **3B3E28CF**.

Referência: Processo nº 2100.01.0044210/2021-24

SEI nº 37064751



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Jequitinhonha - Núcleo de Controle Processual

Decisão IEF/URFBIO JEQ - NCP nº. Administrativa/2021

Diamantina, 27 de outubro de 2021.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo SEI nº: 2100.01.0044210/2021-24

Requerente: José Jair Ribeiro

Eu, Supervisora da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha, nos termos da competência estabelecida pelo art. 38, parágrafo único, I, do Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, resolvo **ARQUIVAR** a intervenção ambiental requerida na modalidade *Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, em 3,33 ha*, com fundamento no Parecer Único – Parecer Técnico IEF/NAR SERRO nº. 37/2021 (37064751).

Publique-se a presente decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Piedade Alves Machado, Supervisora Regional**, em 27/10/2021, às 21:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37262848** e o código CRC **E11C8CC4**.

Referência: Processo nº 2100.01.0044210/2021-24

SEI nº 37262848

